

POLÍTICA MONETÁRIA

Conservador, BC corta 0,75 ponto...

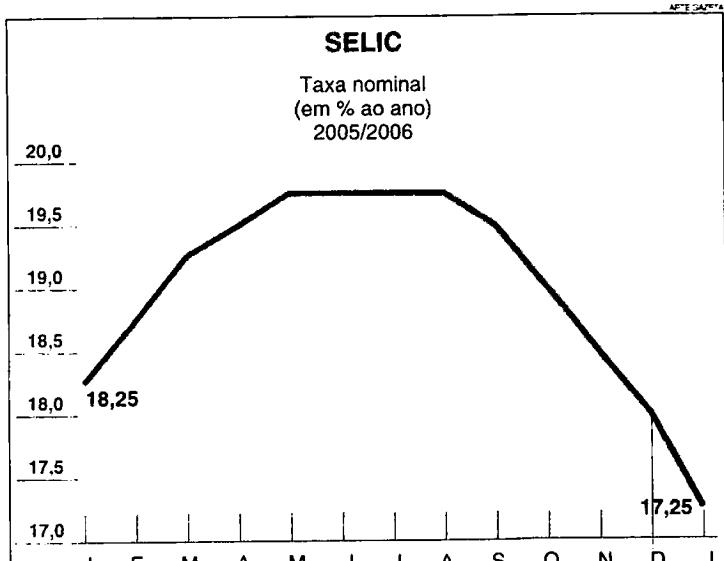
Comunicado mostra que Copom não se compromete com a continuidade do ritmo de queda

JIANE CARVALHO
SÃO PAULO

Continuação da página A-1

Para o economista Adauto Lima, a demora na decisão mostra "o quanto foi difícil definir qual o ritmo de corte mais adequado para Selic". A reunião mais demorada até agora, no governo Lula, foi em fevereiro de 2003, quando os integrantes do Copom consumiram mais de cinco horas até anunciar a decisão.

Para o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, a decisão, "muito provavelmente recaiu sobre o fato de o cenário prospectivo de inflação permanecer alinhado com a meta desse ano (4,5%), bem como pela necessidade de revigorar a atividade econômica, que no terceiro trimestre de 2005 registrou retração". Agostini também considera importante para o Copom "aproveitar o



Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

primeiro semestre de 2006 para reduzir a taxa de juros ao menor nível possível". A previsão da Austin Rating para a próxima reunião do Copom, em março, é de novo corte de 0,75 ponto percentual.

Adauto Lima, do WestLB, é mais cauteloso e acredita que a ata explicando a decisão, a ser divulgada na semana que vem, pode sugerir um cuidado ainda maior por parte do colegiado. "Acredito que o documento vai tirar um pouco da expectativa de

continuidade do ritmo de queda de 0,75 ponto, afirmando que a sequência de cortes dependerá dos sinais da economia", diz.

O corte definido ontem era esperado por nove entre dez economistas. O boletim de mercado do Banco Central, divulgado na última segunda, já projetava um recuo de 0,75 ponto percentual. Desde que a Selic começou a baixar, em setembro do ano passado, o juro foi reduzido em 0,25 ponto no primeiro mês, depois sofreu três reduções de 0,50

ponto e agora caiu 0,75 ponto.

A redução na atividade econômica, com queda do PIB, e o recuo da inflação foram dois fatores que compuseram o cenário para o corte no juro. O IPCA ficou em 5,69% em 2005. A taxa é menor que a de 2004, de 7,6%, embora tenha extrapolado o alvo da meta definido pelo governo, inicialmente de 4,5% e depois revisado para 5,1%. A margem de tolerância de dois pontos percentuais, contudo, foi alcançada pela segunda vez desde quando o sistema de metas começou.

A inflação medida pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) encerrou 2005 com a menor taxa da série histórica iniciada em 1944, auxiliada sobretudo pela valorização do real. A taxa, medida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) marca uma forte desaceleração em relação a 2004, quando o IGP-DI subiu 12,1%. O IGP-DI é um indicador utilizado para o reajuste de contratos dos chamados preços administrados, como telefonia fixa, para o ano seguinte. O baixo patamar visto em 2005 indica uma menor inércia inflacionária para 2006.